

MULHERES, MÃES E PROFESSORAS EM TEMPOS DE REDUÇÃO DE DANOS:

passado o enorme sufoco, ainda estamos aqui sendo sufocadas

Luciane Tavares dos Santos

Universidade Federal Fluminense

<https://orcid.org/0000-0002-2864-3492>

Marcio Caetano

Universidade Federal de Pelotas

<https://orcid.org/0000-0002-4128-8229>

RESUMO:

A pandemia de COVID-19 nos levou a refletir sobre as redes de sociabilidades e os modos como nos comportamos em meio a letalidade. Considerando o cenário, este artigo interroga a interseccionalidade dos marcadores de gênero, estado civil, territorialidade, raça, maternidade e profissão de 5 professoras da rede pública e privada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro frente ao retorno às escolas presenciais desde 2021. Para tanto, ancorada na perspectiva certeuniana, os dados que subsidiaram a produção deste artigo foram produzidos por meio de grupo de mensagens instantâneas no aplicativo WhatsApp, entre os anos de 2022 e 23. Por meio das narrativas das professoras, as reflexões descreveram que a pandemia aprofundou a tragédia socioeducacional vivida na cidade do Rio de Janeiro e apresentou uma fotografia brutal do sistema nefário que reitera as assimetrias de gênero nas relações afetivo-sexuais envolvendo a mulher, mãe e professora.

PALAVRAS-CHAVE: relações de gênero. maternidade. docência.

ABSTRACT:

The COVID-19 pandemic led us to reflect on social networks and the ways in which we behave in the midst of lethality. Considering the scenario, this article interrogates the intersectionality of markers of gender, marital status, territoriality, race, motherhood and profession of 5 public and private teachers in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro in the face of the return to in-person schools since 2021. To this end, anchored in the Certeanian perspective, the data that supported the production of this article were produced through an instant messaging group on the WhatsApp application, between the years 2022 and 23. Through the teachers' narratives, the reflections described that the pandemic deepened the socio-educational tragedy experienced in the city of Rio de Janeiro and presented a brutal photograph of the nefarious system that reiterates gender asymmetries in affective-sexual relationships involving women, mothers and teachers.

KEYWORDS: gender relations. motherhood. teaching

RESUMEN:

La pandemia de COVID-19 nos llevó a reflexionar sobre las redes sociales y las formas en que nos comportamos en medio de la letalidad. Considerando el escenario, este artículo interroga la interseccionalidad de marcadores de género, estado civil, territorialidad, raza, maternidad y profesión de 5 docentes públicos y privados de la Región Metropolitana de Río de Janeiro de cara al regreso a la escuela presencial desde 2021. Para ello, anclados en la perspectiva certeuniana, los datos que sustentaron la producción de este artículo fueron producidos a través de un grupo de mensajería instantánea en la aplicación WhatsApp, entre los años 2022 y 23. A través de las

narrativas de los docentes, las reflexiones describieron que la pandemia profundizó la tragedia socioeducativa vivida en la ciudad de Río de Janeiro y presentó una fotografía brutal del nefasto sistema que reitera las asimetrías de género en las relaciones afectivo-sexuales que involucran a mujeres, madres y docentes.

PALABRAS CLAVE: relaciones de género. maternidad. docencia.

INTRODUÇÃO

A luz do sol entra pela janela de um apartamento do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, junto com o frio absurdo (segundo cariocas) para um mês de maio em 2023. Sobretudo as regiões Sudeste e Sul do país experienciam uma onda de tempestades que devastaram cidades e ainda há os efeitos da chegada de doenças respiratórias e tropicais que se somam àquela que ainda assola o país, cujo vilão ninguém se esquece: Coronavírus, causador da covid-19.

A pandemia nos levou a refletir sobre as redes de sociabilidades e, sobretudo, os modos como nos comportamos frente as urgências da vida em meio a possibilidade de letalidade causada pelo vírus da covid-19. Sabemos que com a pandemia, a intensa proliferação de discursos desencontrados e desorientados das instâncias governamentais e o início do isolamento social, parte considerável da sociedade, especialmente aquela com poder aquisitivo e recursos tecnológicos, assistiu as redes de afetos tornarem-se obrigatoriamente virtuais. Entretanto, dadas as desigualdades sociais do nosso país muitas foram as pessoas que foram obrigadas a trabalhar com a perspectiva de redução de danos, o que aumentou o isolamento e a invisibilidade social já experienciados por elas.

Já é de conhecimento público que a pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades no campo da educação no Brasil, agravando ainda mais as disparidades existentes entre as diversas redes públicas (municipais, estaduais e federal) e as instituições educacionais pagas no Brasil. Um passeio nos dados da SIS (Síntese dos Indicadores Sociais), divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em dezembro de 2021, destaca que o tempo médio em que as atividades foram suspensas presencialmente nas escolas públicas em 2020, em razão da pandemia, foi de 279,4 dias. Não obstante terem menos aulas (presenciais ou remotas), estudantes mais pobres enfrentaram diversas dificuldades, a exemplo da ausência de acesso à internet e equipamentos apropriados para as aulas remotas, estruturas de

moradias precarizadas e, sobretudo, o aumento significativo da fome com os cortes nas políticas sociais¹.

Os dados SIS-IBGE descrevem que ao menos cerca de 10,8% de estudantes das redes públicas e pagas que tiveram suas aulas presenciais suspensas não receberam nenhuma atividade escolar. Entretanto, quando nos atemos ao percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio sem atividades pedagógicas da rede pública o número é quatro vezes maior. A presença síncrona de estudantes entre 15 e 17 anos, por exemplo, foi observada em 54% das casas. Quando separadas as redes, 90,5% dos/as estudantes das escolas pagas acompanharam as aulas simultaneamente enquanto menos da metade dos/as estudantes das escolas públicas (48,6%) tiveram condições de registrarem suas presenças. O quadro se aprofunda quando consideramos o recorte de raça: 67,3% de estudantes autodeclarados/as brancos/as tinha computador e acesso à internet, contra o percentual de 46,8% de estudantes pretos/as e pardos/as. Após meses distantes das escolas, devido à pandemia, ainda estamos profundamente imersos nos desafios decorrentes ao retorno às escolas.

As negligências governamentais com o acesso à vacinação e as dificuldades de adaptação estrutural aos protocolos ao covid-19 (uso de álcool 70%, máscaras apropriadas, água corrente, sabão e espaço para garantir o distanciamento) pelas escolas públicas são algumas das justificativas apontadas para os cortes orçamentários em anos subsequentes. Com 38,5 milhões de crianças e adolescentes estudando no ensino público e 8,8 milhões nas instituições pagas, segundo o Censo Escolar de 2020, a ampla maioria estão nas redes de ensino dos municípios (48,4%), 32,1% nas redes estaduais, 0,9% nas instituições federais (0,9%) e apenas 18,6% em escolas pagas.

Vivendo as consequências nefastas da pandemia, com dias e mais dias que contabilizamos as muitas mortes, grande parte das escolas voltaram ao presencial, em 2021, na perspectiva de redução de danos, que seria, de acordo com Luciane Santos e Marcio Caetano (2020, p. 237):

(...) um conjunto de práticas e de políticas de pessoas que não podem realizar totalmente o isolamento social e buscam conjugar o máximo das recomendações dos organismos de saúde com as necessidades cotidianas de subsistência no

¹ A PEC 55/2016 tramitou no Congresso, foi votada e promulgada pelo Governo Federal. Ela limitou o aumento dos gastos públicos à variação da inflação e foi encaminhada pelo governo de Michel Temer. A iniciativa, na prática, impediu o aumento de investimentos públicos nas políticas sociais agravando a recessão e prejudicando, ainda mais, as pessoas mais pobres.

mundo de precarização do trabalho e de necropolíticas governamentais.

Judith Butler (2020) nos ajuda a pensar sobre como a precariedade é uma produção e não intrínseca ou parte essencial de determinados seres humanos. É produzida pelo sistema econômico, político e social, por exemplo. Produzida pelas ausências do Estado em certas localidades, nas quais a precariedade é mais viva e *respirante* que as pessoas. Pensando com a autora, vemos que a precariedade, sobretudo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro aqui em foco, muitas vezes, se manifesta no excesso de polícia, com armas de fogo a observar a fome, na presença de determinadas cores, como a do sangue, nas montanhas de lixo, podre, disputando lugar com as calçadas, que também servem de cama. Montanhas de lixo em que essas mesmas pessoas por vezes estão revirando em busca do que comer. Pensando na complexidade do cenário, este texto destaca a situação de mulheres que vivenciam a interseccionalidade de marcadores de gênero, estado civil, territorialidade, raça e acima de tudo profissão e maternidade que intensificam suas precariedades frente aos desafios da vida. Em outras palavras, voltamo-nos às experiências de professoras das periferias do Rio de Janeiro com suas crianças e famílias e com o advento do retorno às escolas desde 2021.

Pontuamos que a interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002), para tratar da forma pela qual diferentes sistemas discriminatórios, como racismo, patriarcado e opressão de classe, interagem entre si criando desigualdades que estruturam posições sociais. No entanto, antes dela, de diferentes formas, já traziam-no Lélia Gonzales (1984, 2020); esta teórica, por exemplo, vai discorrer sobre como se interseccionam em experiências de mulheres negras tanto o sexismo e a misoginia quanto com o racismo e a opressão de classe, operando simultaneamente para a sua marginalização, e não individualmente.

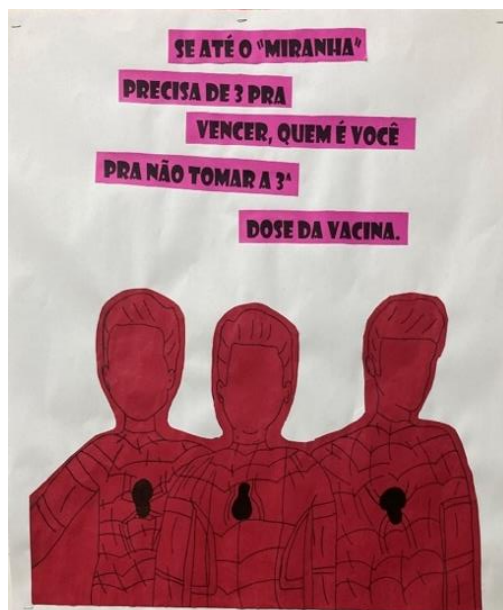
Podemos citar o próprio processo de vacinação no Brasil e no mundo para exemplificar o que falamos. Não à toa o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, chamou de *Apartheid vacinal* (FONSECA, 2021) o cenário em que países tidos como menos desenvolvidos e/ou situados no que se convencionou chamar de periferia do mundo, tidos e mantidos em situação de isolamento e pobreza, penam para imunizar suas populações enquanto os mais ricos, como Estados Unidos, concentram quase que metade das vacinas disponíveis.

Um rápido passeio pelos dados do Our World in Data, do dia 30 de maio de 2022, mostram o continente africano com 22,60%, pouco mais de um terço da média global (60,8%), de pessoas imunizadas – destrinchando um pouco mais os dados, vemos que a África do Sul tem 31,9%, Angola 21,1%, Somália 8,9%, Malawi com 6%, República Democrática do Congo 1,3% de pessoas imunizadas.

Vemos que a tendência mundial também é observada em regiões empobrecidas de cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro. Dados de 23 de maio de 2022 apontam que 77,9% da população brasileira está totalmente vacinada (Ministério da Saúde, 2022), ou seja, receberam duas doses de vacina contra o Coronavírus cerca de 166 milhões de pessoas. No entanto, o observatório das Desigualdades mostra que, até março de 2022, a Favela do Vidigal tinha 4% de pessoas vacinadas enquanto o Baixo Leblon, seu vizinho, no mesmo período tinha 13% – estamos falando de um local com um dos mais altos percentuais de renda da cidade, cerca de 11.000 mil reais contra 1.700 mil reais da população do Vidigal, formada sobretudo por pessoas negras (FONSECA, 2021).

Isto nos mostra o quanto e como operam simultaneamente as opressões que marginalizam pessoas, em função da territorialidade, classe social e cor de pele, por exemplo. O próprio entendimento dessas vidas como vidas merecedoras da dignidade do acesso ao imunizante já se configura como uma questão, como nos ajuda a pensar Butler (2020). Não parece importar taxas tão baixas, pois não são tidas como vida *per se*. A falta de equilíbrio ou equidade no acesso aos imunizantes apenas reflete uma estrutura firme e constantemente atualizada independentemente dos eventos; aqui ou no mundo, classes mais abastadas, populações brancas, chegam antes aos botes salva-vidas ou, como dizem cotidianamente pelo Brasil, uma espécie de *quando a farinha é pouca, meu pirão primeiro*.

Ilustração 1 – campanha escolar pela vacinação feita por adolescentes



Fonte: acervo das pessoas pesquisadoras.

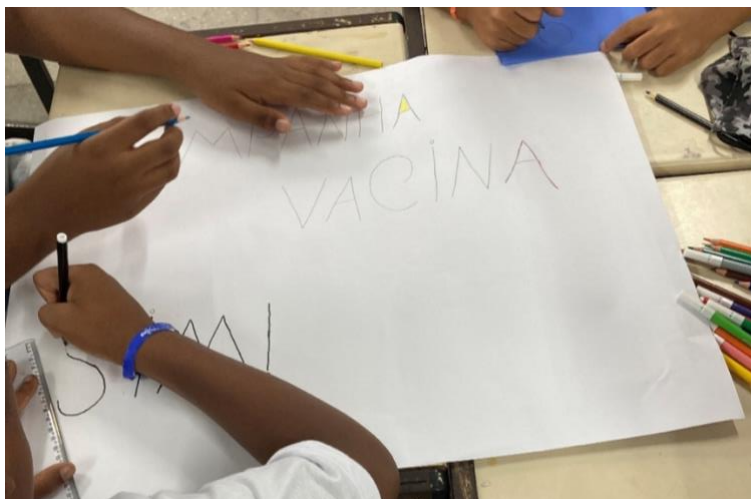
Cresceu o número de pessoas que, talvez, por terem a prerrogativa de terem suas vidas reconhecidas podem *flertar* com a morte por escolha, integrando movimentos “antivax” ou antivacina pelo mundo, certas de que a existência da doença não passa de teoria conspiratória. Isso fez com que se intensificasse a necessidade de campanhas, movimentos sociais em prol da vacinação de pessoas adultas e, quando foi liberada, a vacinação das crianças e adolescentes.

Esse movimento ficou bem-marcado com a presença de equipes médicas das Clínicas da Família, que visitaram escolas públicas e casas, como as da região periférica em que fica o Complexo de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro, para palestrar sobre a importância de se vacinar, bem como em trabalhos feitos nas turmas frequentadas pelas/os filhas/os de pessoas que não podem se dar ao luxo de *flertar* com a morte, vivem forçosamente *casadas* com ela.

Não raro, alguma criança levantava a mão dizendo que ainda não havia se vacinado, em 2023, em uma das escolas de Ensino Fundamental II em que atua uma das 5 professoras que subsidiaram, com suas narrativas, os dados deste artigo, menos raro ainda a notícia de que responsáveis também não o fizeram porque estão sempre trabalhando, cuidando de outrem, ou mesmo porque, dada a alta exposição de seus corpos em transportes públicos diariamente, creem-se imunes. A morte de bala, de fome, de vírus ronda seus corpos, então, não faz muita diferença o motivo, “se eu morrer

hoje, amanhã faz dois dias, professora, ninguém liga!”. É o que as crianças costumam dizer, segundo a professora.

Ilustração 2 – campanha escolar pela vacinação feita pelas crianças



Fonte: acervo das pessoas pesquisadoras.

Para além de uma crise sanitária, o cenário pandêmico nos contou, portanto, sobre uma pandemia de classe, gênero e raça (HARVEY, 2020): acentuaram-se desigualdades econômicas e a fome/insegurança alimentar voltaram definitivamente a assolar famílias de baixa renda (DSSBR, 2021); houve uma intensificação da sobrecarga das mulheres quanto ao trabalho não remunerado de cuidado (com familiares e a casa), por um lado, e o aumento da desocupação, por outro, sendo mulheres negras as mais afetadas (COSTA, BARBOSA, HECKSHER, 2021), além de um aumento dos casos de violência doméstica (FBSP, 2020); pessoas negras foram as mais letalmente atingidas pelo vírus (IBGE, 2022).

Nestes tempos de acúmulos de crises - sanitária, econômica, social, política, educacional -, as professoras/es vivenciam situações desafiadoras nas escolas públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro que refletem na sua saúde física e mental; saúde, cada vez mais, precarizada. A conjuntura nos motiva a dialogar com cinco docentes sobre o retorno ao presencial após a pandemia e quanto suas vidas, mesmo em 2024, ainda trazem impactos dos anos de isolamentos e políticas negacionistas. Nessa direção, algumas das situações vivenciadas por elas em suas escolas na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, notadamente nas cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói.

Destacamos, alguns trechos de conversas sobre a alimentação nas escolas públicas, o ser docente e discente, mãe e estar grávida em meio à crise sanitária, o trabalho docente em escolas situadas em áreas empobrecidas, favelizadas, racismo e sexismo. As professoras têm entre 32 e 46 anos, todas são formadas em nível de pós-graduação na Área da Educação, atualmente cursam ou concluíram o Doutorado, e trabalham majoritariamente na Educação Básica em distintas etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio) e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores/Curso Normal).

Todas são de origem de classes populares, de áreas periféricas da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Independentemente de suas territorialidades, são de famílias nortistas ou nordestinas migrantes para a região Sudeste, tendo pessoas pretas, brancas e indígenas na sua composição familiar. Três delas são casadas com homens e têm 1 ou 2 filhos/as, tendo a mais nova 2 meses e o mais velho 20 anos; duas são solteiras, uma deseja ser mãe em breve e a outra ainda não sabe informar se deseja experienciar a maternidade.

Os dados que subsidiaram a produção deste artigo foram produzidos a partir das narrativas dos cotidianos, tendo como base os estudos de Michel de Certeau (2014). Nos estudos com os cotidianos, entendemos que o distanciamento ou separação entre os sujeitos que pesquisam e participam do estudo não é possível, não havendo, portanto, a adoção do par sujeito-objeto para se referir aos que aqui dialogam, mas sim sujeito-sujeito compartilhando uma rede de acontecimentos atravessados por marcadores identitários, lugares e posições que ocupam na sociedade; com isso, entendemos e afirmamos que não há neutralidade na pesquisa ou possibilidade de falar do outro sem falar de si. Consideramos como *locus* um grupo de mensagens instantâneas no aplicativo *WhatsApp*. Esse espaço era praticado cotidianamente por cinco professoras – dentre elas a coautora deste artigo –, da rede pública e privada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que compartilhavam experiências sobre as diferentes escolas em que *praticam/pensam* a docência; escolas que ali se encontram quando narram sobre si e entre si.

O ser humano se faz e é feito de narrativas, muitas das quais se dão por meio do diálogo com o outro em que se pressupõe a disponibilidade da escuta. No entanto, os diálogos do grupo não seguem roteiro pré-estabelecido. De modo geral, são espontâneos e podem ser facilmente desvirtuados de seu ponto inicial, ou seja, um assunto leva a outro, um acontecimento puxa a outro e, logo, é possível visualizar um

emaranhado de experiências se formando. Nesse sentido, os diálogos do grupo são pensados enquanto conversas, que usamos aqui como recurso metodológico para a investigação sobre o retorno presencial das escolas e seus desdobramentos nas vidas das docentes. Não há aqui uma preocupação com dispositivos disparadores de memória que convidam ao movimento de narrar, são as interlocutoras que permitem esse espaço para que as conversas aconteçam, quase que totalmente livre de julgamentos e sem a pretensão ou pressuposição do aprendizado.

Muitas das conversas são trocas de angústias que ficam em suspenso ou são esquecidas. No entanto, outras se constituem em experiências que levam a aprendizados apropriados por cada uma de distintos modos. A partir dos acontecimentos cotidianos, as professoras se deslocam e se colocam a narrá-los. Algumas dessas experiências, entendidas como algo que nos passa, que nos acontece (BONDÍA, 2002), e que narramos porque nos afeta de algum modo, serão aqui constituídas em narrativas possíveis, uma vez que não são únicas e foram *filtradas* pelos olhares das pessoas pesquisadoras. A seguir, traremos alguns trechos das conversas, compostos em narrativas, que versaram sobre a alimentação nas escolas públicas, o ser docente e discente, mãe e estar grávida em meio às crises da atual conjuntura brasileira, sanitária, econômica, política, educacional; o trabalho docente em escolas situadas em regiões de extrema pobreza ou favelizadas; racismo e sexismo.

“MAMÃE, POR QUE O MENINO ESTÁ NA RUA E NÃO TEM O QUE COMER?”

A professora, lida socialmente como uma mulher branca, mas com traços que evidenciam as raízes indígenas do lado materno, estava grávida em meio à pandemia. Casada com um homem preto, mora no subúrbio do Rio, porém caminhava com sua primogênita pelas ruas da Zona Sul da cidade certo dia, ambas protegidas pelo sistema de vacinação. De repente, avistam um menino pedindo dinheiro na rua para comer. A filha, negra, de pele clara, não tão mais nova que aquele garotinho, também negro, faz a pergunta aterradora que traz angústia para a mãe, Gabi, professora de sociologia e filosofia em escolas privadas e públicas do Rio, em lugares abastados, como a Barra da Tijuca, ou de pobreza extrema, como a Favela Para Pedro da região.

Um menino igual a ela. Uma criança igual a ela. A fala mobiliza uma conversa no grupo de WhatsApp sobre a volta do país para o mapa da fome, a enorme quantidade de pessoas em situação de rua, dentre as quais muitas crianças, que têm cor predominante. Comentam, ironizando, que a escola não tem tempo para a chamada

ideologia de gênero ou fantasmas do pânico moral (CAETANO; SILVA JR, 2020) pois está muito ocupada em manter suas portas abertas, sobretudo, para prover alimentação.

Ilustração 3 – almoço de um dia qualquer em uma escola pública do Rio



Fonte: acervo das pessoas pesquisadoras.

Muitas alunas e alunos de uma das participantes do grupo, professora do Ensino Fundamental, dizem isso sem nenhuma cerimônia: “eu vim hoje porque é carne assada com farofa”. Saem correndo de sala para as filas do refeitório, quando o sinal bate, ou pedem para serem liberados mais cedo para almoçarem rapidamente porque têm que buscar irmãos/irmãos menores em escolas Ensino Fundamental.

Mulheres costumam sentir culpa. São ensinadas para o cuidado, e, quando não cuidam, com frequência, sentem culpa. Mulheres ainda são educadas para o cuidado do outro, o servir, o salvar. Há uma naturalização da capacidade do cuidar como atributo feminino, o que se relaciona ao que Zanello (2018) chama de dispositivo materno. Para a autora, este dispositivo interpela a todas as mulheres – operando de formas diferentes a partir de diferentes opressões interseccionais –, independentemente de terem, ou não, filhos/as, fazendo-as preterir o cuidado de si em prol do cuidado dos outros. Isso, por sua vez, reflete uma colonização dos afetos: mais do que educadas, mulheres são subjetivadas para se sentirem realizadas performando o cuidado do outro, e ao mesmo tempo, sentirem-se culpadas por não conseguirem fazer o suficiente. A culpa, aliás, é sinal de que o dispositivo está funcionando. E, aqui, as narrativas nos dão pistas dessas dinâmicas. Situações de crianças passando fome concreta em suas casas têm se tornado corriqueiras nas ruas e nas escolas e as mulheres da nossa pesquisa, que são

também professoras, sentem, muitas vezes, culpa por não darem conta de resolver este que não é um problema criado por elas.

Na mesma conversa, uma delas conta que uma criança passou mal na escola em que trabalha. Vivi é coordenadora pedagógica, em Duque de Caxias, município da região metropolitana do Rio. A experiência, o tempo de profissão ou mesmo a condição de ser mulher educada para o cuidado, logo a fez perguntar “você se alimentou hoje? Comeu o quê?”. Liga e ninguém atende na casa da menina, que mora em um lugar dominado por facções criminosas, de difícil acesso, cogita levá-la em casa de carro: “dane-se para sair de lá depois”.

Muito angustiadas com a conversa por meio do aplicativo de WhatsApp, as professoras descrevem que estão chorando, cada uma ao seu modo, em suas casas, em meio às urgências da vida. Uma delas fez um poema para tentar organizar o sentido:

Enquanto muitos se preocupam com o beijo entre iguais, a escola se preocupa com o aluno que não come.

Então, eu divido com vocês a culpa pela fome que, mesmo querendo, não conseguimos matar.

Enquanto muitos se preocupam em como explicar o beijo entre iguais, crianças alimentadas querem mesmo saber:

“mãe, por que o menino tá na rua e não tem o que comer?”

Enquanto muitos se preocupam com o amor entre iguais, crianças ardem em febre, sabe-se lá Deus o motivo e levá-las à casa é um perigo que a professora não pode correr.

É isso, preocupem-se com o amor e o beijo entre iguais, as crianças que lutem em lixões de cidades com nomes de Duques. (Professora Lu, 2022).

A professora Gabi, ainda trabalhando em cinco ou seis escolas, dizia que só sentia vontade de dizer “Que inferno!”. Era novembro de 2021, as máscaras ainda eram obrigatórias no RJ, e ninguém aguentava mais a loucura de um ano escolar que se arrastava para o último mês. Quase às vésperas do Natal, o ano letivo acabaria. A situação de atrasos e/ou reparações nos calendários escolares se manteve durante os anos de 2022 e 2023.

Enquanto pagava um lanche para o menino, com o qual a filha já dividia o seu chocolate quente, no entre turnos, turmas e lançamentos de notas em sistemas pouco intuitivos, Gabi pensava sobre a escrita de sua tese de doutoramento, gerando-lhe palpitações e ansiedade, há dois meses de parir, não pela gravidez em si. Sabia que,

no puerpério, parir uma tese não seria possível e se organizou para fechar tudo antes. Conseguiu, mas, em decorrência de um mundo organizado por homens e para homens, teve sua defesa adiada.

Para além da esfera doméstica e profissional – que faz com que a inserção de mulheres seja mais comum em profissões relacionadas ao servir e ao cuidar –, a divisão sexual do trabalho é evidente e igualmente violenta no trabalho intelectual, como no caso de Gabi. Liberados do trabalho reprodutivo, "os homens desenvolvem uma visão de mundo que implica a produção de dicotomias hierárquicas [...] e a promoção de uma postura de conhecimento desencarnada" (DOLRIN, 2021, p. 21). E tal ponto de vista opera tanto no nível epistemológico - o que se pesquisa, como se pesquisa, com quais ferramentas analíticas -, como no nível prático - é a experiência masculina, tida por universal, e o olhar orientado por aquela divisão, incapaz de problematizá-la e de reconhecer suas evidências no cotidiano, que costumam ditar prazos, bolsas, espaços etc.

Gabi enfrentou questões no processo de finalização de doutorado, o olhar naturalizador de um lugar social que deveria ocupar recaiu sobre ela. Alguns diziam, no meio acadêmico, "dê à luz, cuide de seu bebê primeiro", "deixe a tese para depois", "não se preocupe com isso", frases que dificilmente diriam a um homem, mesmo que em vias de se tornar pai. Não que ela estivesse rejeitando a maternidade ou negando o trabalho que ela lhe traria, pelo contrário. Por isso mesmo, buscou concluir antes, mas esbarrou nos meandros, melindres e muxoxos institucionais e masculinistas (SILVA; et al., 2022)

Seria um "dane-se", um "você não deveria estar aqui no mundo acadêmico"? Ou seria uma espécie de castigo por estar ocupando-se da produção do conhecimento, isto é, do pensar? Seria um castigo por querer demais? Ocupar espaços demais? Por, supostamente, estar disputando lugares sociais tidos como "de homens"? Um pouco de tudo isso, talvez. Certo é que teve que amargar um adiamento de defesa, por decisão de outrem, que julgou ser demais para uma mulher grávida de 7-8 meses os rituais de uma banca de doutoramento, mesmo parindo a tese.

Onde estava a mãe do menino? Era o que questionava a filha de Gabi, diretamente a ele, durante o lanche. Enquanto isso, Gabi falava no grupo e pensava sobre si, certamente sentindo culpa por isso também. Enquanto tentamos viver nossas vidas, escolhas, seguir, crianças e adultas passam fome, em voz alta, pelas ruas, ou nos silêncios das casas por vergonha de revelar tamanha tragédia que é não ter o que

comer, não ter trabalho, não ter dignidade. A precariedade, da qual nos fala Butler (2020), é mais viva que essas pessoas. Recolhida em suas angústias com a pergunta da filha, após o menino terminar o lanche, as duas vão para casa.

A MÁSCARA, O ROSTO E A VOZ DAS PROFESSORAS

O retorno pareceu cansar mais. Era fobia, medo do toque, medo de tudo... Medo do desconhecido que era a escola após as mortes pela pandemia. “A catarse ainda não foi feita, ainda mantemos o fantasma preso no armário. Não temos condições de conversar sobre o que foi viver esses anos na pressão”, disse a professora Flan, em novembro de 2023. Uma mão em uma maçaneta tocada por alguém que positivou para covid-19 é o suficiente para causar surtos, ainda hoje. As notícias sobre o aumento de casos após o carnaval de 2024, as lembram da dificuldade de lecionar com usando as máscaras. O uso do acessório do tipo PFF2, N95 e similares, indicadas pelo alto poder de proteção e filtragem, parece óbvio, reduzem a capacidade de respirar bem ou confortavelmente com elas. Falar com elas, das 7h às 17h em turmas lotadas, com pouca ventilação, barulhentas, faz com que experienciem perda da potência vocal, rouquidão e outras querelas.

Uma das professoras lembrou que uma das questões mais sensíveis se deu no campo das relações entre professoras e as turmas. No início das atividades presenciais, o uso da máscara ainda era obrigatório e alunos e professoras desconheciam seus rostos e suas feições. As cinco professoras desconheciam os rostos das/os alunas/os na maior parte de 2021. Não havia trocas muito afetuosas, como abraços e beijos. O toque era proibido, a proximidade era indesejada. Não faltaram momentos em que as professoras tiveram que descumprir o estabelecido, arriscando as suas saúdes e de familiares, porque se deparavam com a necessidade de toque em um aluno ou aluna que carecia de afeto e/ou reconhecimento da superação.

Lu, professora do Fundamental II, passou por diversas situações em que foi convocada para revelar, mesmo que rapidamente, o seu rosto. Aos gritos de “tira, tira, tira” ou tímidos “deixa eu ver seu rosto rapidinho”, foi tentada a burlar as restrições para saciar a curiosidade das turmas. Impossível, o perigo rondava. Até o consumo de água exigia cuidados extremos. Foi mesmo no ano de 2022 que tudo se modificou e finalmente o rosto foi revelado, dela e da turma. “Sabe aquelas mudanças que ocorrem com as crianças nesse período? Não vi nenhuma criança trocar os dentes, por exemplo.

Não pude chamá-las de vovó ou vovô. Algo aconteceu e tive que me reinventar para estabelecer outros vínculos afetivos com os meus alunos e alunas”, disse a professora Flan.

Às mulheres, foi comum a pressão estética para, ao deixar a máscara, voltar a usar maquiagem. Se o fazem porque gostam ou não, verdade é que, com o final das restrições, a autocobrança por não sair de rosto limpo de casa aumentou. As maquiagens já vencidas, após dois anos de pandemia, foram substituídas por novas. Nas lojas de maquiagens, vendedoras disseram que quase não havia nada disponível porque muitas mulheres correram para comprar produtos novos, disse a professora Vivi.

Isso nos conta sobre estereótipos de gênero em meio aos quais somos subjetivadas, que reafirmam binaridades, valores sociais e ideias relacionadas a homens e mulheres (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015), privilegiando, assim, certas performances de feminilidade. Em nossa cultura, um dos eixos que são valorizados nas mulheres é justamente a beleza estética. A imagem das mulheres é confundida com a da beleza, de modo que um determinado padrão estético, vendido com acessível a todas, transforma-se em valor ético que impõe às mulheres o dever de cuidar do corpo e de ser bela.

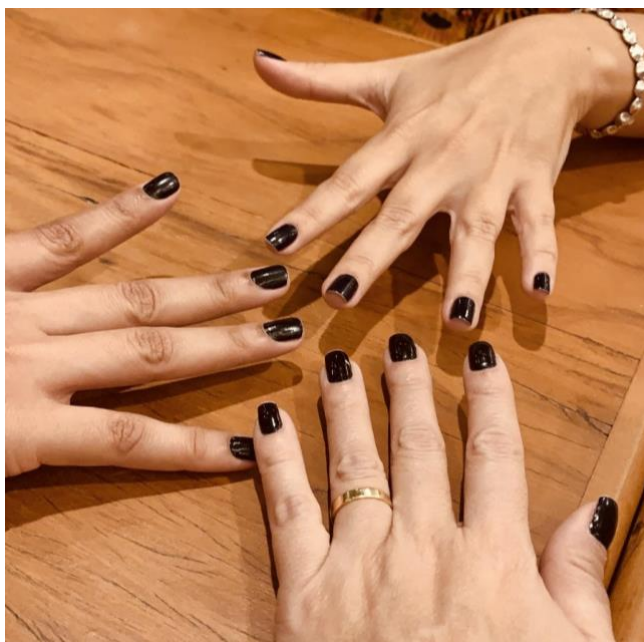
A cobrança externa é reproduzida também pelas alunas e alunos, crianças, adolescentes e jovens das escolas. De modos distintos. Muitas meninas admiram as maquiagens e muitas também as usam. Um grupo de meninos, que se autoidentificam enquanto gays, também tem olhar de admiração e alguns também usam alguns produtos, como blush e máscaras para cílios. Outros meninos reparam a ausência/presença como sinal de desleixo e baixa feminilidade. A professora Lu, uma mulher negra, de pele clara, passou por duas situações nesse sentido. Um aluno, preto, gay, certo dia chegou com o rosto com fortes tons de vermelho no nariz e bochecha. Perguntou a ele o que era, e ele timidamente respondeu “ai, professora, é maquiagem”, como quem diz *por favor, não faça disso um evento ou não me denuncie*. Em outra situação, ela foi a denunciada. Um aluno perguntou à professora Lu se não gostava de batom. Ao responder que sim, ele retrucou “então por que não usa?”. Sem deixar a situação impune, disse-lhe que usa quando quer e ele saiu resmungando qualquer coisa.

Bel, uma mulher periférica, de Niterói, mesmo sendo privilegiada com a brancura da pele e os cabelos lisos e longos, passa por situações semelhantes, provas de que

aproximar-se do padrão da branquitude não significa necessariamente menos exigências às mulheres no que tange ao aspecto estético (SCHUCMAN, 2020). Professora do Ensino Fundamental I, em uma turma de 1º ano, e do Ensino Médio, coleciona histórias em que foi questionada sobre uso de maquiagem, por exemplo.

No caso dela, não gosta de esmaltes e não usa maquiagem, “só batom”. Diferente de Lu, Gabi, Vivi e Flan, que trocam de esmalte toda semana, Bel tem unhas curtas e raramente as pinta. As professoras inclusive trocam fotos com os esmaltes da semana constantemente e dizem se sentir mal quando não estão com as unhas “bonitas”, “feitas”. Bel não entende a comoção, mas já foi questionada sobre ausência/presença de batom por alunos também, e quase sempre está de rosto sem maquiagem, ou “limpo”.

Ilustração 4 – Esmalte da semana



Fonte: acervo das pessoas pesquisadoras.

De máscara, todos os dias, cansavam muito mais em sala de aula e ainda há essa preocupação tida apenas como estética: “essas máscaras eram feias”, “parece um bico de pato”, “horrrível!”. Muitas pessoas consideravam futilidades tais preocupações, ignorando que escondemos, por vergonha ou alienação, a precariedade que experienciamos com a covid-19. Consideramos nesta interpretação que a situação é semelhante a do silêncio em torno da urgência da fome. A máscara, feia, igual a um bico de pato, recordava-nos o tempo inteiro de que a morte nos rondava, de que tudo

era perigoso. Talvez a necessidade de camuflá-la com cores, estampas etc. ou mesmo burlar de muitos modos o seu uso seja uma necessidade de amenizar a precariedade da vida ou mesmo fingir que ela não existia para que, então, nós sigamos existindo.

VOLTA OU NÃO VOLTA? COMO SE VOLTA?

Algumas escolas demoraram para retornar e seguiram no modo remoto durante quase todo o ano de 2021 e início de 2022. O filho de Flavs, de 7 anos, já estava saturado e os efeitos pandêmicos preocupavam sua mãe. Como teve condições financeiras e tempo para tal, pois em licença, incluiu na rotina do filho visitas a áreas com muito verde no bairro, aulas de futebol, de natação e idas à praia, qualquer atividade que o tirasse de casa e o devolvesse ao convívio social com outras crianças, ainda que poucas. Estava preocupada com a angústia apresentada pelo filho, sinais de estresse observados também nas escolas.

Ansiedade. Estresse. Dificuldade para ouvir. Níveis altíssimos de desrespeito entre docentes e discentes. As turmas retornaram com aparente desconexão dos ritos escolares. Foi unânime nas escolas das participantes a observação de que retrocedeu-se bastante durante a pandemia. A queda nos índices de alfabetização, por exemplo, é um dos danos que parecem impossíveis de recuperar. Para além disso, o convívio social saudável entre as pessoas que compõem a comunidade escola parece um bicho de sete-cabeças indomável.

Crianças com *déficit* de atenção, hiperconectadas em seus celulares desde muito novas, com desinteresse pela escola e fascínio (ou seria vício?) por redes sociais digitais, videogames. Nas escolas privadas, um desdém, apatia e atitudes que berram “meu pai paga o seu salário, não me encha o saco”, verbalizados assim ou de modo semelhante. Nas escolas públicas, o mesmo desdém, apatia e atitudes que berram “isso não vai me servir para nada”. Em ambas, sessões de desrespeito, palavrões, troca de socos e pontapés ao menor desentendimento. Não dominam ou perderam a habilidade de se relacionar, de conversar, de dizer “foi sem querer” e pedir desculpas, também não aceitam desculpas. Esse foi quadro que descreveram as professoras quando do retorno as atividades presenciais. A dita normalidade, reverberada pelos gestores municipais, estava longe de ser vivida nas escolas das professoras Lu, Gabi, Vivi, Bel e Flan nos anos três anos que sucederam o retorno (2021, 22 e 23). “Algo se rompeu e ainda está rompido”, disse a professora Vivi.

O ambiente escolar pós-pandêmico se tornou uma praça de guerra. Responsáveis também não aceitam serem chamados para determinados assuntos, como “briguinhas entre alunos”, guerras de frutas no refeitório, guerra de lápis em sala e outros tipos de guerras. Acham pouco para visitar a escola. As alunas e alunos não aceitam também a chamada de atenção, amenizam os fatos, culpam outrem. No meio disso tudo, professoras sendo xingadas e humilhadas em salas de aula, sofrendo bem mais que seus colegas homens, menos desafiados pelas turmas, revelando que violências e estereótipos de gênero também marcam presença no ambiente escolar.

É uma forma de precarização não só do trabalho docente, mas de suas vidas. Misoginia. Foi a conclusão das professoras do grupo, em muitas situações relatadas ao longo do retorno que ainda parece em curso, uma vez que sequer a pandemia teve fim. O que aconteceu em sala, por vezes, refletia a conjuntura de crises vivida, sobretudo política em que tinha um Poder Executivo autorizando, em nome da inocência das crianças, que a população pegue em armas com crianças no colo. Autorizou-se a política do “E daí? Quer que eu faça o quê?” e o que parecia ter avançado: recuou.

Restou às professoras lidar com o adoecimento no Muro das Lamentações, também chamado de Sala dos Professores, ou na solidão. O que fazer quando nada parece melhorar? As professoras não sabem, mas seguem acordando às 5h, todos os dias, pegando suas lotadas conduções, para às 7h30 receber as crianças com sorrisos e abraços, respirando fundo e torcendo para que o dia corra mais ou menos bem, pois sabem que o cotidiano atualmente está caótico, mesmo que esperancem. Um sentimento que lhes é comum é a mera situação de empregadas em um país de pessoas que ainda vivem em um número considerável de biscates.

Somos docentes, se apoiando mutualmente, no caos do cotidiano em uma estrutura de profunda desigualdade, mas credoras e crentes na educação. Ainda estamos nas escolas, as artes ainda nos transportam para momentos de alegria e risadas tão frouxas quanto as máscaras de governos negacionistas e que nos negavam a existência, os quais largavam a própria sorte tantas pessoas pobres para as quais parar para ver e sentir a vida era sinônimo de luxo. Com o retorno das atividades presenciais, estamos de volta aos transportes superlotados que pegamos em dias comuns de trabalho, no que chamávamos de rotina.

Rememorar essas batalhas e muitas vitórias nos servem para ajudar nesse lento caminho de travessia das sequelas da pandemia da COVID-19 para a educação. O

debate sobre os caminhos da educação pública é parte integrante das alternativas populares que devemos sempre assumir em nosso campo de pesquisa e docência.

A ARTE DE CONCLUIR O QUE AINDA SE FAZ

Nos meios de comunicação, ainda se fala no tal “retorno ao normal” e, com isso, ficamos a nos perguntar cotidianamente o que seria se os que morreram antes são os que continuam morrendo agora, se docentes, como nós, que eram duramente criticados/as antes pela opinião pública continuam sendo por denunciarem os descasos com a Educação Pública. Enquanto isso, continuamos com a “sororidade da práxis”, ao falarmos desta pesquisa no nosso grupo.

Continuamos pessoas professores e professoras em exaustão, mas transformamos em serpentina tudo o que pode parecer pequeno perto de uma palavra horrenda e assustadora como foi a morte e o descaso governamental nos tempos pandêmicos da COVID-19. Os desenhos, fotografias, abraços, áudios com risadas, entregas de comidinhas, compartilhar virtualmente a sensação gostosa que é sentar-se para relaxar tomando uma bebida com gosto de malte enquanto as/os demais moradores/as dormem ou de transformar a lavagem de legumes em um grandioso acontecimento para as crias ainda continuam circulando no grupo de WhatsApp com as professoras.

Nossa rede de apoio mútuo tem desconhecido a ordem dos dias de trabalho e o conceito de domingo e feriados e isso é um efeito da pandemia, mas também do prazer de estarmos conversando, mesmo virtualmente. Nessas conversas virtuais sobre a solidariedade, todas expressam as experiências enlouquecedoras que nos atravessam enquanto mulheres que ousam existir. Sonhamos e nos colocamos em prática com a ajuda de tantas outras no laço de sororidade. Somos como o arteiro pintando as paredes. Quando não estamos pintando nossas vidas, estamos ajudando outras a colorir os seus espaços e a enxergar cor onde não parece existir.

REFERÊNCIAS

BONDÍA LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20–28, jan. 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAETANO, Marcio.; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. “Regras são regras, mesmo quando elas não existem”: pânico moral e multiculturalismo em práticas docentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 834–848, 2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORONAVIRUS vaccinations. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em: 31 maio. 2022.

COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HECKSHER, Marcos. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Acesso em 23 nov. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 10 (1), p. 171-188, 2002.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

_____. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, Article 8, 1989.

DOLRIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades**: introdução à teoria feminista. Tradução de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Machado. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FIOCRUZ. Covid-19 aumentou a pobreza, a fome e as desigualdades. ‘Catástrofe geracional’, afirma a ONU. Portal sobre Determinantes Sociais da Saúde (DSS), 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jr4QQ> Acesso em 23 nov. 2023.

FONSECA, Alexandre H. M. da. O apartheid vacinal: a desigualdade da vacinação no mundo e no Brasil. Análise. **Observatório das Desigualdades**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9Gola> . Acesso em: 31 maio. 2022.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19”, Nota técnica, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 11 jul. 2023.

G & N - GÊNERO E NÚMERO; SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar*: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em 18 nov. 2023.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano** – ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em <https://encurtador.com.br/Ffm6i> . Acesso em 16 ago. 2023.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. 2021.

IBGE. Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020. Síntese de indicadores sociais. Agência de notícias IBGE, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vnErE> Acesso em 23 nov. 2023.

SANTOS, Luciane T. dos; CAETANO, Marcio. “Mamãe vamos nos esconder?”: as artes crianceiras em tempos de monstruosidades necropolíticas. *In*: CARVALHO, Janete M.; SILVA, Sandra K. da; DELBONI, Tânia M. Z. G. F. (org.). **Currículo e estética do educar**. Curitiba: CRV, 2020. p. 232-255.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: braquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, José Lopes da.; FERRARI, Anderson.; CAETANO, Marcio. Masculinismo, neoconservadorismo e pedagogias culturais: investimentos em tradições, essencializações e naturalizações. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e2189, 2022 ISSN 1645-1384.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 238-246, set.-dez. 2015.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivo**: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.